



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA</b>			
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>REUNIÃO Nº:</b> 0626/14	<b>DATA:</b> 20/05/2014	
<b>LOCAL:</b> Plenário 13 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 15h02min	<b>TÉRMINO:</b> 16h39min	<b>PÁGINAS:</b> 34

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA - Analista de planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.  
EDUARDO CASTRO - Diretor-Geral de Conteúdo e Programação da Empresa Brasileira de Comunicação.  
RODRIGO BARRETO LUCENA - Presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas — ASTRAL.  
ORLANDO GUILHON - Vice-Presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil — ARPUB.  
JONAS VALENTE - Coordenador-Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal — SJPDF.

**SUMÁRIO**

Debate sobre o financiamento da mídia pública no Brasil.

**OBSERVAÇÕES**

Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Boa tarde! Décima quinta reunião ordinária de audiência pública, dia 20 de maio de 2014.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, fruto do Requerimento nº 311, de 2014, de autoria da Deputada Luiza Erundina, destinada a debater o financiamento da mídia pública no Brasil.

Julgo dispensável a leitura dos nomes dos convidados, já amplamente divulgados. Eu vou convidar primeiro os expositores. Vamos à composição da Mesa.

Convido para tomarem assento à mesa os Srs. Marcos de Oliveira Ferreira, do Ministério do Planejamento; o Sr. Eduardo Castro, da Empresa Brasileira de Comunicação; o Sr. Rodrigo Barreto Lucena, Presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas — ASTRAL; o Sr. Orlando Guilhon, do FNDC; o Sr. Jonas Valente, Coordenador-Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal.

Passo a palavra ao Sr. Marcos de Oliveira Ferreira para sua exposição, pelo tempo regimental de até 20 minutos.

**O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA** - Boa tarde a todos! Em nome do Deputado Eduardo Gomes, eu cumprimento todos os membros da Mesa. Boa tarde aos Srs. Parlamentares e às Sras. Parlamentares!

Meu nome é Marcos de Oliveira Ferreira. Eu sou analista de planejamento e orçamento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Eu estou na Diretoria de Programas Especiais da Secretaria de Orçamento Federal, unidade integrante do Ministério.

Em se tratando da questão do financiamento da radiodifusão, eu resolvi trazer algumas informações sobre o orçamento da EBC, empresa que atualmente está capitaneando ou está recebendo a maior parte desses recursos, e para a qual, neste exercício, já teve uma arrecadação significativa, até o dia 15 de maio, em função de uma das empresas ter resolvido fazer a contribuição.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu peço desculpas pelo tamanho da apresentação. Parece-me que o material foi distribuído para todos, o que fica mais fácil acompanhar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Se os outros expositores quiserem tomar assento na parte debaixo podem fazê-lo e depois voltariam à Mesa, a cada exposição. Acho que assim fica mais confortável.

**O SR. MARCOS DE OLIVEIRA FERREIRA** - Então, continuando, enquanto a gente não tem a regulamentação da Lei nº 11.652, a destinação dos recursos das contribuições está sendo feita à EBC, e estão sendo descontados 2,5% para a ANATEL. Após a regulamentação, a gente tem notícia de que já tramita uma proposta de regulamentação encaminhada pelo Ministério das Comunicações, haverá uma proposta diferente. Mas, atualmente, são 97,5% para a EBC e 2,5% para a ANATEL.

A intenção deste quadro é demonstrar os gastos. A EBC é uma empresa dependente, ou seja, é uma empresa que depende de repasse, de recursos do Tesouro para poder arcar com seus gastos, com suas despesas. Ela não consegue administrar seus gastos, viabilizar os pagamentos que são necessários à sua manutenção e às suas atividades somente com a sua arrecadação.

Então, neste quadro aqui, a gente separou, dentro de uma ótica com que a gente trabalha no Governo Federal, em despesas discricionárias — ou seja, aquelas que o Governo tem o arbítrio de remanejar, programar e definir valores —, e as obrigatórias, que, por questões legais, elas têm de acertar, onde a gente inclui pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores e sentenças judiciais.

Então, a gente vê uma crescente nos gastos da empresa; coloquei uma série de 2012 a 2014, mostrando essa evolução. No total do quadro, a gente pode verificar aqui uma crescente de recursos que está havendo em relação à empresa: 455 milhões em 2012; 482 milhões em 2013; e 538 milhões previstos no projeto de lei e que estão alocados na LOA. Estão autorizados, não é?

A gente separou também, aqui, para ter uma noção, os gastos das despesas discricionárias — o que são os gastos finalísticos da empresa, o que é manutenção, e publicidade de utilidade pública. É um quadro que dá uma noção geral do gasto.

A seguir, eu apresento aqui um quadro com essa mesma composição das despesas discricionárias e das despesas obrigatórias, e qual a fonte de financiamento que está custeando isso. Então, nós temos aqui agora recursos extraordinários, recursos do Tesouro, são as transferências dos recursos do Tesouro



para a empresa para poder custear os gastos. Outra contribuição econômica é, no caso aqui que nós estamos tratando, a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; recursos próprios, decorrentes do serviço que a empresa presta; recursos próprios financeiros, decorrentes de aplicação, de disponibilidade que tem a empresa. E, no caso, entrou aqui só recurso extraordinário, também superávit, que deve ter sido crédito que foi feito, à época, para poder viabilizar, mas também é recurso do Tesouro.

As despesas obrigatórias são integralmente custeadas com recursos do Tesouro. Ou seja, ela não tem recursos para poder pagar pessoal, pagar benefícios, pagar sentença. Então, a empresa necessita de repasses de recursos do Tesouro. Segundo informações, ela deve estar, via planejamento estratégico, tentando aumentar sua arrecadação para ver se consegue, vamos dizer assim, sobreviver sem repasses, sem recursos do Tesouro.

Eu queria chamar atenção para a nossa contribuição, mas a gente não tinha previsão de entrar com a arrecadação... Não entrou, no Projeto de Lei Orçamentária, recurso para essa contribuição. Por quê? Porque, como está *sub judice*, não havia previsão de arrecadação. Os recursos que eram orçados, basicamente, tinham arrecadação própria; e a totalidade dos gastos, a diferença, era coberta com recursos do Tesouro, ou seja, integralmente repasses de recursos do Tesouro.

Houve um movimento no Congresso em que, sabendo da situação de que uma empresa poderia fazer a contribuição este ano, como fez — vamos ver mais à frente —, foi feita uma alocação de 91 milhões para despesas já referentes a essa contribuição, considerando a arrecadação neste exercício.

E, aqui, embaixo, a gente tem uma noção disso que eu acabei de falar, da composição dos gastos. Da totalidade dos gastos da empresa, em 68% deles ela depende de repasse de recursos do Tesouro. Daí ela estar caracterizada como dependente. Então, ela integra o Orçamento Fiscal da Seguridade, segue as regras do Orçamento, de ter que utilizar SIAFI, folha de pagamento via SIAPE, entre outras coisas.

Aqui estou dando uma noção do valor, por ação, que integra o orçamento da EBC. Então, ela tem as ações aqui, só mostrando uma série histórica; e aqui são somente as despesas discricionárias, ou seja, aquelas ações finalísticas, ações de



manutenção, administração da unidade e publicidade de utilidade pública, como eu havia detalhado no quadro anterior.

Então, apesar dessa dificuldade, a gente ainda está tentando, no caso do orçamento da empresa, dos 238 milhões gastos em 2012... Quando se elaborou o projeto de lei foi a tentativa era restabelecer o gasto feito em 2012. É importante esclarecer que a empresa dependente, quando ela integra o Orçamento Fiscal da Seguridade, ela está sujeita àquelas regras de contingenciamento, dependendo do órgão, dentro do órgão em que ela está inserida. Então, o Governo, em função da LRF, o Executivo, em função da arrecadação e da previsão de gastos, se a arrecadação não for suficiente, pode estabelecer um decreto de programação de contenção de gastos para poder se adequar a isso. E é onde também tem sido perseguida a questão do superávit financeiro.

Então, na condição de dependente, sujeita aos fiscais, apesar do incremento da arrecadação, de tentar alocar mais recursos para a empresa, a empresa tem, ao mesmo tempo, dificuldades no cenário fiscal, de poder ampliar; particularmente este ano, quando se obteve a contribuição de 483 milhões, que, acho, foram destinados à EBC, talvez a gente não consiga alocar todo o recurso para a empresa. Ela, diante desse fato, já solicitou crédito adicional, este ano, da ordem de 40 milhões, com base nessa arrecadação; o crédito foi analisado e, em função do cenário, foi aprovada a demanda da empresa. Deve, então, sair um crédito adicional de 40 milhões, na conta dessa receita de contribuições que ingressou.

Outro detalhe que a gente coloca — eu tentei colocar as fontes —, aqui são as composições das receitas; não vou me alongar, falar uma a uma, mas quero me ater principalmente à contribuição. Está aqui o valor que ingressou até 15 de maio e que foi destinado à EBC. A gente também vê, em relação à despesa, separando gasto corrente, capital... Tudo isso que eu falei aqui foi sobre despesa discricionária, pois que a despesa obrigatória, como eu disse — pessoal, sentença e benefícios — é toda custeada com transferência de recursos do Tesouro. A gente verifica também que a fonte, essa contribuição, não pode ser canalizada para qualquer gasto no âmbito da empresa. Então, como já foi colocado lá na legislação, ela tem uma destinação específica, e com proposta de gastos, que *“...deverão ser programados em categoria específica e destinados exclusivamente para a melhoria do serviço de*



*radiodifusão pública e para a ampliação de sua penetração mediante utilização de serviços de telecomunicações.” Para isso é que se destina a contribuição.*

Então, também é um exercício para a gente, na hora de fazer a alocação dos recursos, para ver não só a capacidade fiscal alocativa, de poder aumentar o volume de recursos da empresa, como também a própria capacidade da empresa de executar. Uma arrecadação desse montante, extemporânea, extraordinária, realmente traz dificuldades para internalizar tudo isso no orçamento da empresa.

Não me alongando muito, eu queria só dar um cenário de como é que está a programação de gastos da empresa e o cenário em que a gente tem trabalhado para reforçar a programação. Está crescendo o volume de gastos. E, como eu disse anteriormente, está sendo encaminhado um decreto para reforçar a programação, demanda apresentada pela empresa, em torno de 40 milhões.

Obrigado. São estes os esclarecimentos que eu gostaria de passar para os senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Agradeço ao Sr. Marcos de Oliveira Ferreira pela exposição em nome do Ministério do Planejamento.

Passo a palavra ao Sr. Eduardo Castro, para fazer sua exposição pelo tempo regimental de até 20 minutos.

**O SR. EDUARDO CASTRO** - Muito obrigado, Deputado.

Agradeço o convite, em nome do Presidente Nelson Breve, que está hoje em Aracaju, Sergipe, participando da cerimônia de inauguração dos transmissores digitais da *TV Aperipê*, emissora pública do Estado que integra a rede pública de televisão. Em nome dele e dos demais colegas da EBC, eu agradeço pelo convite e pela oportunidade de mais uma vez estar aqui na Câmara dos Deputados para falar da comunicação pública. Sempre que eu venho aqui eu falo isto: é importante a gente ter espaço para debater a comunicação pública, para falar dos problemas, das soluções, simplesmente para falar dela, no nosso caso, para falar e para ouvir.

É muito importante que a Câmara dos Deputados, que os Srs. Deputados estejam sensíveis ao nosso campo. Então, eu agradeço pela oportunidade.

O Márcio já adiantou aqui boa parte dos números que eu tinha preparado em relação ao orçamento deste ano da EBC. Então, enquanto ele falava ali eu ia



reorganizando um pouquinho o meu raciocínio, para não ser repetitivo e também para tentar trazer um pouco mais de informação em cima daquilo que ele falou.

Eu acho importante a gente ressaltar que, em 2011, quando o Nelson Breve assumiu a Presidência da EBC, de 2011 para 2012, o principal foco da gestão dele foi realizar um planejamento estratégico de longo prazo para a EBC.

Esse planejamento foi executado ao longo do ano de 2012. Ele assumiu em dezembro de 2011 e, em 2012, foi executado esse trabalho, que dá um direcionamento para as atividades e para as ações da empresa pelos próximos 10 anos. E por que pelos próximos 10 anos? Não simplesmente pelo simbolismo dos 10 anos, mas também porque, em 2022, nós estaremos comemorando os 100 anos da radiodifusão no Brasil. A primeira transmissão, em 7 de setembro de 1922, foi feita pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro — primeiro, uma transmissão experimental, depois, em abril, sendo solidificada, para ser inaugurada em 1923 formalmente. Mas, em 1922, pela primeira vez, foi transmitido o rádio no Brasil. Então, é um marco importante não só para a nossa empresa, mas para a comunicação como um todo.

Então, nós gostaríamos de chegar a esse marco com algo bem consolidado, em termos de planejamento, de execução e também de consolidação, e fundamentalmente aqui, fortemente, no campo econômico da empresa. O que o nosso planejamento aponta é que, para o ano de 2022, a EBC tenha solidez e independência financeira, o que não quer dizer que necessariamente vai deixar de receber dotação do Estado, dotação do orçamento federal. Eu particularmente defendo que isso deva acontecer sempre, uma vez que a comunicação pública é um dos deveres do Estado. Aliás, a própria Constituição diz que ela deve não só acontecer como deve estar segura, uma vez que está na Constituição.

Mas essa independência financeira se baseia nos pilares que já estão colocados, desde a criação da EBC, na lei, como as formas de arrecadação, formas de busca de receita, que estão lá dispostas, previstas, e que a gente acredita que possa chegar, com base no que já existe previsto, a esse patamar de independência financeira.

Fundamentalmente, como a gente viu aqui, ela sobrevive, em termos econômicos, do orçamento federal da União, dos serviços a terceiros e também do apoio cultural e institucional, do recurso oriundo do apoio do fundo cultural e,



também, a partir de agora mais firmemente, como a gente pôde verificar, com a contribuição para o fomento da comunicação pública, que estava prevista para ser arrecadada, ou arrecadada foi, na Justiça desde o ano de criação da EBC, em 2007, e que só agora, efetivamente, em termos sensíveis, vou colocar dessa maneira, se colocam à disposição da empresa, uma vez que nós ganhamos na Justiça, na Primeira Instância, com um indicativo muito forte de que nós ganharíamos na segunda, na terceira, em quantas fossem.

Segundo a lei, as empresas, que deveriam depositar esses recursos para a EBC e não em juízo, passaram a fazê-los. Como disse o Marcos, a previsão era a de que os recursos oriundos dessa fonte totalizariam cerca de 91,3 milhões de reais ao ano. Só que neste instante o depósito já é maior, uma vez que nós ganhamos na Justiça e isso motivou certamente algumas empresas, que estavam no aguardo de decisões judiciais, a fazerem os seus depósitos diretamente à empresa.

Então, o arrecadado em abril totaliza 483 milhões, 52 mil e 533 reais. Sendo que na Lei Orçamentária Anual — LOA, para este ano, estão previstos nesta rubrica apenas 91 milhões de reais. Por isso, como o Marcos já explicou, a EBC já tratou de fazer uma solicitação de um reforço orçamentário para este ano, a liberação de mais dinheiro, com base naquilo que já está no que eu chamo de aquário, que é um dinheiro que a gente vê lá, mas não pode pôr a mão neste instante. Então, precisa da liberação, precisa sair do aquário, para entrar na conta da EBC, para ser utilizado fundamentalmente em custeio e investimento.

E, neste ano, especificamente, o pedido de 40 milhões suplementares que nós fizemos foi exclusivamente para investimento. A recuperação do potencial de investimento da EBC é algo muito necessário. Nos últimos 2 anos, olhando friamente para os números, nós tivemos um aumento grande do valor de gasto com pessoal, por quê? É importante explicar. Não quer dizer que o número de funcionários que prestam serviços à EBC ou à causa da comunicação pública diretamente no âmbito federal tenha aumentado, mas, sim, porque nós tínhamos um contrato, antes da existência da EBC, com uma associação no Rio de Janeiro, Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto — ACERP, uma organização social, que mantinha antigamente a TVE e a *Rádio MEC*.





Essa despesa, no início da EBC, nos primeiros anos, o contrato de gestão contava como dinheiro de custeio. Em 2011, houve o concurso, e aquela mão de obra que prestava serviço à comunicação pública por meio desse contrato de gestão foi sendo substituída por concursados. Então, nós tivemos um aumento na rubrica de pessoal por causa disso: deixou de ser custeio o contrato de gestão, para ser pessoal efetivo do quadro da EBC. Por outro lado, houve uma redução no valor de investimento.

A gente acredita que a recuperação desse investimento é absolutamente necessária, seja para a expansão do sinal da televisão e da rádio, neste momento importante de digitalização pela qual passa o País, seja também no reforço dos nossos conteúdos, seja com a produção independente, seja por meios próprios, o reforço do nosso parque de transmissões e de produção. Acredito que a recuperação desse investimento é absolutamente necessária e é preciso trabalhar. Como o Marcos falou, também não adianta a gente tentar dar um passo maior do que a perna. A gente precisa estar com capacidade de não só receber e ter esse dinheiro, como também de investir a tempo e com qualidade.

Então, esse pessoal novo, do concurso de 2011 para 2012, os primeiros que estão chegando, vai se familiarizar com as necessidades e com as particularidades das compras da empresa pública. Hoje a gente acredita que, para os próximos anos, vamos ter uma capacidade de execução de sempre, nesses primeiros anos da EBC, com uma qualidade de recursos maior e mais robusta.

Ainda com relação à contribuição fomento da comunicação pública, a EBC faz jus pela lei a 75% do total: 2,5% são da ANATEL, também por força da legislação e os outros 22,5% carecem de uma regulamentação, que está na Casa Civil. A informação que tenho é a de que está na Casa Civil. O assunto já foi discutido conosco. E o posicionamento da EBC, nesse caso, sempre foi de solicitar que o máximo do campo público pudesse ser beneficiado com esse recurso. É claro que o uso de recurso financeiro do Estado tem as suas necessidades de controle, por parte dos órgãos de gestão e de acompanhamento. Mas a gente acredita que, da maneira que for possível, legalmente, esse recurso deve chegar ao mais amplo campo da atuação da comunicação pública. E foi nesse sentido que, sempre que perguntados, nós nos posicionamos.



Obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Agradeço ao Dr. Eduardo Castro.

Passo a palavra agora ao Sr. Rodrigo Barreto Lucena, para fazer a sua exposição pelo tempo regimental de até 20 minutos.

**O SR. RODRIGO BARRETO LUCENA** - Boa tarde!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes, senhoras e senhores, a minha fala vai ser um pouco menos numérica e mais no sentido de tentar contextualizar um pouco esse processo de discussão do financiamento das emissoras do campo público, tendo em vista também que a discussão, a nosso ver, ainda não foi terminada, que é o próprio modelo da televisão pública no sistema de televisão atual.

Na verdade, a discussão mais recente sobre o campo público começou, de fato, a partir do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Todas as emissoras públicas que foram criadas no âmbito da legislação de TV a cabo tinham em mente um salto maior até àquele momento, que era sair das amarras do cabo e partir para um modelo de transmissão aberta, buscavam ali alguma solução, inclusive a do financiamento. Na realidade, era uma tentativa de transpor aquele modelo que havia na TV a cabo para uma televisão que tem um serviço de outra natureza, que é a radiodifusão, a qual é um pouco mais complexa, na medida em que envolve uma série de alterações e, de fato, necessita de um financiamento maior.

Depois do I Fórum, obviamente, com a criação do sistema de TV digital, surgiu uma discussão que era colocada sempre como empecilho: a dificuldade de espectro. Em tese, ela foi eliminada, com a possibilidade da multiprogramação. Mesmo na ocorrência da multiprogramação — e a gente tem visto agora o leilão da faixa de 700 mega-hertz —, esse tema volta novamente a incomodar o campo público.

Eu observo — e é extremamente polêmico — que, de fato, não há um modelo muito claro para as demais emissoras do campo público. Quando a gente fala na EBC, tudo bem. A EBC encontrou o seu caminho, definiu um novo modelo agora em parceria com as emissoras educativas. Enfim, há um amplo caminho e uma perspectiva, inclusive de fomento às emissoras públicas, mas não estão na mesma



situação as TVs universitárias, as TVs comunitárias, as próprias emissoras institucionais, as demais emissoras estatais, que pretendiam dar o mesmo salto. O *Canal da Cidadania* ainda não é um projeto muito claro.

Se formos pensar, objetivamente, em um sistema de financiamento é uma loucura imaginar que haverá recurso público. Quando se fala de emissora pública ainda prevalece enorme dificuldade de encontrar outros caminhos, senão os dos recursos públicos para fazer esse financiamento ou das contribuições. Esses já estão reservados e há uma discussão sobre a sua distribuição. Mas seria uma loucura você imaginar que o recurso público seria suficiente para bancar o sistema de televisão, com tanta variedade, com tanta complexidade e com a capilaridade que se pretende. Isso não elimina a possibilidade da sua existência, mas é preciso que se encontre um modelo possível.

Nesse sentido, eu falei da EBC, e citaria o modelo encontrado pelas emissoras legislativas, que, a meu ver, é um modelo muito interessante e deveria ser perseguido pelas emissoras dos demais campos: a multiprogramação ter um sistema solidário, no qual todos podem produzir para todos, que, por meio de uma associação ou da união dessas emissoras, você consiga superar as barreiras naturais e econômicas também da produção de televisão, que não é uma produção barata. Fazer televisão com orçamento de 600 milhões de reais é uma coisa; fazer televisão com orçamento de 10 milhões por ano é outra coisa; fazer televisão com 100 mil reais por ano é inimaginável.

Então, é preciso equacionar esse recurso para você ser capaz de irrigar lá na ponta, inclusive com recursos financeiros, as iniciativas que vão permitir que você construa uma rede que possa ser, de fato, exequível, ter uma televisão de qualidade e que não seja apenas uma reprodução de imagens e de coisas que jamais vão ter qualquer sentido, qualquer audiência. Quer dizer, é uma fala que parece dura, mas, na verdade, é uma proposta de caminho a percorrer. Acho que é preciso esgotar essa discussão inicial do modelo de televisão no sistema digital, ela não está bem clara para ninguém, exceto para a Rádio Legislativa e para a EBC, e deve-se discutir também com mais clareza a distribuição desses recursos da contribuição à radiodifusão pública.



Se nós conseguirmos alcançar qualquer coisa que se aproxime da proposta que me parece que foi a vencida do operador nacional de rede, que foi uma conversa que se iniciou com muito entusiasmo e que perdeu fôlego ao longo do processo, parece-me ser o caminho o mais razoável possível, porque, quando se trata novamente de recurso público, é preciso imaginar até onde é possível financiar todo esse sistema. O operador seria um meio racional, viável economicamente, desde que houvesse um planejamento para a sua implantação efetiva.

Uma crítica que eu faço também um pouco contundente sobre as discussões em torno da televisão pública é a de que elas se dão muito aqui em Brasília e em torno das emissoras vinculada à União. Todos os demais setores ficam à mercê dessas decisões, não só as emissoras vinculadas à União, mas aquelas também que possuem um *lobby*, ou uma articulação mais efetiva junto ao Ministério das Comunicações e junto à ANATEL, e os demais ficam aguardando as decisões na esperança de que um dia vai cair no colo uma televisão de qualidade.

É preciso que esse debate seja construído também com a participação das emissoras do campo público, que hoje têm uma representação, mas não são convidadas a participar desse debate, a exemplo do que nós estamos vendo na ANATEL e no Ministério das Comunicações, com reposicionamento dos canais da faixa de 700 mega-hertz. Eu mesmo participei de uma reunião em que não se falou, nem de longe, na existência do *Canal da Cidadania*, que é um canal do próprio Governo Federal, um canal que tem uma intenção de política pública muito interessante, mas que jamais entrou no debate em que estavam presentes ali as emissoras que tradicionalmente estão posicionadas e também com uma posição forte dos canais da União.

Então, a minha participação é no sentido de, além de demonstrar certa indignação com o que se dá para o restante do campo público de televisão, provocar um debate que possa concluir o modelo de televisão pública que nós queremos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Agradeço ao Rodrigo Lucena.

Passo a palavra ao Sr. Orlando Guilhon, para fazer a sua exposição pelo tempo regimental de até 20 minutos.



**O SR. ORLANDO GUILHON** - Obrigado, Deputado. Boa tarde a todos e a todas!

Eu queria começar falando um pouco sobre o nosso trabalho, sobre o que significa o FNDC, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que já tem 23 anos de existência, está organizado em todo o País, e que luta por maneiras complementares pela democratização da comunicação no Brasil. Uma das vertentes dessa luta é o fortalecimento da comunicação pública. Daí a importância da nossa contribuição nesse debate, porque nós entendemos que democratizar a comunicação é uma questão estratégica.

E eu gostaria de começar a minha fala com uma preliminar, não ficar num debate apenas em torno de números, aparentemente financeiro e orçamentário, mas um pouco estratégico.

Eu acho que para qualquer gestor público, para qualquer dona de casa quando define o seu orçamento, onde vai gastar o salário, onde se vai investir, se é na educação das crianças, se é na infraestrutura da casa, se é em entretenimento, etc., é fundamental ter uma noção não apenas de receitas e despesas, mas ter também uma visão estratégica do que é prioritário na vida familiar. Assim é também para um gestor, desde a instância federal até a instância municipal.

Nós do FNDC entendemos que nos dias de hoje, na chamada sociedade da informação, onde a construção da subjetividade do nosso povo, de valores, de princípios e de projetos passa fundamentalmente pelos meios de comunicação, na chamada convergência de mídia, o que está em questão é a disputa de projetos de sociedade: se nós vamos construir uma sociedade com participação e inclusão social, portanto, com uma participação do povo cada vez maior, ou se nós vamos construir uma sociedade a partir da ótica das elites, seja ela qual for, e, portanto, excluindo a grande maioria do nosso povo.

Nesse sentido, por que eu chamo a atenção para a importância do debate sobre o financiamento da comunicação pública? Porque preliminarmente nós devemos entender a função estratégica da comunicação pública. Se a nossa sociedade deixar a questão estratégica da comunicação social apenas nas mãos das chamadas empresas comerciais e privadas, eu considero que nós estaremos cometendo um crime de lesa-majestade, porque estaremos entregando para



aqueles que têm um interesse especificamente do lucro a construção e definição de valores subjetivos da nossa sociedade, de conceitos, de princípios, de valores, etc.

Nós do FNDC, há muitos anos, reconhecemos os avanços da democracia no nosso País, do final da ditadura para cá; participamos disso, mas continuamos defendendo a tese de que não haverá uma verdadeira democracia no nosso País se não conseguirmos democratizar também os meios de comunicação. Democratizar a democracia significa democratizar os meios de comunicação, porque este é o quarto poder da República.

Democratizar a comunicação passa por várias vertentes. Nós estamos aqui para debater uma dessas vertentes, que é a comunicação pública, mas eu gostaria de lembrar que é preciso um novo marco regulatório novo as comunicações no Brasil; é preciso uma nova legislação que garanta às rádios comunitárias que elas não sejam perseguidas e criminalizadas como são; é preciso que o canal da cidadania, recentemente proposto pelo Ministério das Comunicações, se transforme em realidade em cada Município brasileiro, propiciando quatro canais para as comunidades, sendo que dois deles para a sociedade civil organizada; é preciso um número maior de jornais de bairros, de jornais comunitários e de jornais independentes, etc.; é preciso que a chamada mídia alternativa independente, que os blogueiros progressistas, os jornais, a tevê ninja, a mídia Ninja, enfim, as mais diferentes alternativas de mídia se combinem com a mídia pública e com a mídia democrática, com a mídia comercial privada.

E mesmo no âmbito da mídia comercial privada — os proprietários dos meios de comunicação no Brasil não gostam quando a gente fala nisso, mas é bom lembrar que a propriedade privada desses meios de comunicação se refere à empresa física, ao patrimônio físico que esses empresários acumularam ao longo da sua existência —, as concessões de canais de radiodifusão, tanto de rádio quanto de televisão, são públicas. E se são concessões públicas, são regras públicas que devem orientar as relações.

Nós estamos vendo revoluções no mundo inteiro. Acaba de ser aprovada uma legislação — todo mundo vai dizer que é da Argentina, mas, não, é do Reino Unido, aquele país governado por uma rainha ultraesquerdista e por um primeiro-ministro de um partido de ultraesquerda, trotskista, revolucionário, Cameron — enquadrando



aquela imprensa horrorosa do Reino Unido, que invade a privacidade do cidadão, que provoca escândalos que levam pessoas a suicídio. No Reino Unido, nós tivemos uma demonstração de como não dá para conviver com a política do tudo pode. A liberdade de expressão tem limites, porque precisa dialogar com o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o Estatuto do Idoso e com a Constituição brasileira. Lá se está proibindo monopólio, oligopólio, etc.

Portanto, fortalecer a comunicação pública brasileira é uma questão estratégica; ela não é a única que resolve o problema da democratização da comunicação, mas é fundamental.

No caso do Brasil, a criação da EBC, na virada de 2007 para 2008, trouxe uma questão nova e ousada para a sociedade brasileira, fruto de um longo processo de debate e de pressão da sociedade civil organizada, dos fóruns de comunicação pública, do fórum de rádio pública, etc. Esse é um projeto que, passados quase 7 anos — ela vai completar, no final deste ano, 7 anos de existência —, está razoavelmente consolidado, mas seria um equívoco achar que o seu processo de construção está concluído. Houve vários avanços, mas precisamos avançar muito mais.

O sistema público de comunicação do Brasil, diferentemente do sistema público de boa parte da Europa, não é composto de uma única empresa, por exemplo, a EBC, que fala para o Brasil inteiro. A sua televisão e as suas rádios não falam para o Brasil inteiro. Aqui, para constituir as redes públicas, tanto de televisão quanto de rádio, nós precisamos olhar um pouco mais para o exemplo norte americano, PBS e NPR. Precisamos sentar à mesa com todas as emissoras de rádio universitárias, educativas e culturais municipais, estaduais ou mesmo pertencentes a entes federais, como as universidades federais — várias têm rádios e televisões públicas —, para constituir esse sistema público de comunicação no País. Isso é uma atribuição da EBC. A EBC já faz isso há muitos anos no caso da televisão e começou desde o ano passado a fazê-lo também na área de rádio. Mas não se faz isso só com ideias, só com gestão, só com conteúdo; é preciso também ter dinheiro, é preciso também ter recursos.

Então, nós temos as mídias que são da própria EBC. Em torno dela, você tem TVs e rádios universitárias, culturais e educativas, compondo um sistema um pouco



mais amplo. Em torno disso, você tem as TVs e rádios legislativas; Câmara, Senado, Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores têm também seus meios e suas mídias de comunicação. Em torno disso, você tem também mídias institucionais, por exemplo, rádios que pertencem às Forças Armadas e à Justiça Federal, e todo o campo da radiodifusão comunitária, sejam as rádios comunitárias, sejam as TVs comunitárias fechadas na TV a cabo, seja agora a nova experiência que vai ser implementada no País, que é o chamado Canal da Cidadania, na chamada TV aberta digital, que vai permitir que a sociedade organizada, através das suas entidades e instituições, tenha seus canais com produção da própria sociedade. Nada mais público do que a radiodifusão comunitária.

Portanto, para chegarmos à consolidação, implementação, ampliação desse sistema público de comunicação brasileiro — eu acho que a exposição dos companheiros da Mesa mostrou um pouco como é hoje —, quais são os nossos dilemas hoje? Primeiro, olhando para a EBC, que é a empresa de porte federal mais forte e sobre a qual pesa uma responsabilidade maior na construção desse projeto, — vamos à Lei da EBC —, nós vamos ver que existem, se não me falha a memória, 12 fontes possíveis de financiamento, algumas mais importantes que outras. Começamos pela primeira, a chamada dotação orçamentária, cujo percentual já foi mostrado nas intervenções tanto do representante do Ministério do Planejamento quanto do Diretor-Geral da EBC. Vocês podem reparar que esse valor mudou, já sofreu alterações e pode continuar se alterando, para mais ou para menos.

Então, a primeira luta nossa, do FNDC, é consolidar a dotação orçamentária da União, porque consideramos que comunicação pública é um dever de Estado. Aí estamos nos referindo às três instâncias da Federação; portanto, não só União, mas também Governos dos Estados e dos Municípios, porque não adianta querer ter uma televisão estadual ou uma rádio estadual e, na hora da dotação orçamentária, não ter recursos para investir. Você chega a televisões estaduais e rádios estaduais e vê que estão canibalizados, não têm equipamentos modernos, não têm concurso público para a contratação de equipes profissionais. As emissoras sobrevivem sabe-se lá como. É só viajar pelo Brasil afora, como nós temos feito, para encontrar essa realidade.





Então, é preciso garantir dotações orçamentárias dos Governos, dos poderes públicos. Essa é uma relação muito difícil entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, mas em todas as instâncias da Federação é preciso garantir dotações orçamentárias mais efetivas e crescentes para a comunicação pública.

Está aí a chamada contribuição para o fomento da radiodifusão pública. Eu não sou um especialista nessa questão. Há companheiros no plenário com mais competência para falar sobre isso. Eu não sei exatamente a diferença, por exemplo, entre fundo e contribuição, mas me parece que há nuances jurídicas com relação a isso. Lembro-me de que, na época da criação da EBC, aqueles que lutavam pela sua criação queriam um fundo. Não o conseguimos. Conseguimos uma contribuição. É preciso resgatar essa origem do fundo.

Há a ideia de prestação de serviços. Hoje, a prestação de serviços que a EBC cumpre é fundamentalmente para órgãos e entes públicos do Governo Federal. Eu defendo a tese de que, quanto mais nós nos transformarmos num centro de produção de conteúdo audiovisual, mais prestação de serviços nós podemos oferecer ao mercado, a qualquer empresa privada inclusive. É preciso também mudar um pouco a cultura no País. Contratar serviços de empresas estatais e públicas no nosso País, na área privada, é muito complicado.

A área privada é engraçada no nosso País. O setor privado adora se apropriar do Estado por fora e por dentro — a gente costuma dizer que o Estado no Brasil foi se privatizando ao longo da história; isso é o que os professores de economia nos ensinam —, mas, na hora que o Estado precisa mudar a cultura e precisa que a empresa privada chegue junto e dê a sua contribuição na construção do desenvolvimento do progresso do País, a empresa privada em geral desacelera, tira o corpo fora e diz que é atribuição da saúde, da educação, da ciência e tecnologia, da comunicação pública.

Doações, campanhas. O Eduardo estava brincando: *“Pode doar que a gente aceita”*. Pois bem, senhores, algumas emissoras públicas nos Estados Unidos têm de 27% a 56% do orçamento constituídos a partir de campanhas de doações de pessoas físicas e jurídicas, campanhas feitas durante 1 mês pelas rádios e televisões públicas. Também nos Estados Unidos não há uma televisão única que fale para todo o país, nem uma rádio pública que fale para todo o país; é uma rede



de rádios e uma rede de televisões. E nós aqui ainda somos muito tímidos, porque não temos a cultura de doar para a TV pública e para a rádio pública, e achamos que isso não vai colar na população. É um desafio que está colocado. Acho que podemos trabalhar com isso.

Apoios culturais. Publicidade institucional. É preciso mudar. Nós já temos — a fala do Eduardo mostra isso — um percentual da construção do orçamento da EBC que vem daí, mas vem fundamentalmente ainda de entes públicos. É importante que venha também de entes privados. Para isso, é preciso mudar a cultura da empresa privada nacional, que acha bonito investir na Rede Globo, mas não acha bacana investir na *TV Brasil* ou na *Rádio Nacional*, na *Rádio MEC*, etc.

Por fim, falo da chamada publicidade legal, do chamado percentual de verbas publicitárias que é distribuído pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Os senhores acompanham esse debate na mídia. Há um jogo de forças entre os atores políticos envolvidos. Se nós quisermos que a mídia pública, a mídia comunitária, a mídia livre e independente cresça no Brasil, é preciso que um percentual maior das verbas publicitárias lhe seja destinado, como no Reino Unido, nos Estados Unidos, na França. Olhem: não estou citando a Argentina, nem o Irã, nem Bangladesh, não; estou citando países de ponta do capitalismo industrial, europeu e norte-americano, que já têm legislações próprias que garantem um percentual de distribuição de verbas publicitárias para a chamada “mídia de contracultura”, ou “mídia independente”, etc. e tal.

Então, senhores, eu terminaria a minha fala chamando a atenção para duas experiências que têm sido paradigmas nas discussões internacionais e que a gente sempre costuma rejeitar um pouco no caso brasileiro, porque sempre dizem que isso vai ser muito difícil e tal. A primeira é a norte-americana. Eu não tenho os dados atualizados, eu tenho os dados de 2010, mas a dotação orçamentária do sistema público norte-americano, juntando CPB, PBS e NPR, é de 1 bilhão e meio a 2 bilhões de dólares. É com essa cifra que eles trabalham.

Só na área da NPR — são 865 emissoras de rádio distribuídas pelo país inteiro; a NPR não tem nenhuma rádio, ela produz e oferece produtos a essa rede de rádios —, em 2010, eram 145 a 165 milhões de dólares só para a produção de



produtos radiofônicos nos Estados Unidos. Os dois principais programas de notícias dos Estados Unidos, tope de audiência, são da rede pública de rádio, da NPR.

Nós temos competência e capacidade de produzir conteúdos de disputar audiência, como, aliás, disputamos em toda a Europa, onde a comunicação pública disputa lado a lado da comunicação comercial. Quanto a esse papo de dizer que comunicação pública tem audiência zero, deem-nos as condições justas para trabalhar e os senhores verão se temos ou não competência para disputar os primeiros pontos de audiência.

Por fim, a experiência britânica da taxação direta no usuário, no consumidor, é uma experiência que gera certa urticária nos nossos debates internos, porque a gente considera que, no Brasil, se se falou em tributo, todo mundo se rebela. No fundo, no fundo, o que é a contribuição para o fomento da radiodifusão pública se não um percentual dentro de um tributo? Então, sejamos criativos. Acho que podem ser criados fundos novos ou rediscutidos percentuais sobre fundos que já existem na área da cultura, na área de telecomunicações, na área da educação, etc. e tal, com foco na comunicação pública.

Esses são os desafios que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação acha que o Brasil deverá enfrentar na próxima década, se quiser ter um financiamento que transforme o nosso sistema público num sistema público efetivamente competitivo.

Nós não queremos que a Rede Globo acabe, nós não queremos que o SBT desapareça, nós não queremos que as grandes redes se pulverizem; nós queremos apenas o direito de ter um espaço competitivo e de mostrar para a população brasileira que o cidadão comum pode se ver na televisão, se escutar na rádio, se ler nos jornais e revistas do Brasil.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Agradeço ao Orlando Guilhon.

Passo a palavra ao último expositor, Jonas Valente, pelo prazo regimental de até 20 minutos.



**O SR. JONAS VALENTE** - Obrigado, Deputado. Eu queria saudá-lo pela iniciativa, agradecer também à Deputada Luiza Erundina, uma constante participante dos debates da área da comunicação, e valorizar o espaço de hoje.

Este não é um tema menor, porque o financiamento está intimamente ligado à existência ou não de um sistema público de comunicação, não só no Brasil, como em outros países, e ao grau de autonomia que esse sistema pode ter. Então, quando a gente está debatendo financiamento, com certeza a gente não está debatendo números. É uma equação muito perversa exigir que um sistema público ou uma corporação pública faça uma programação de qualidade competitiva sem dar condições suficientes para que isso seja feito, até porque fazer comunicação custa caro. E essa é uma questão central, como já disse o Guilhon.

Queria entrar num debate, que é importante: a despeito de experiências como a norte-americana, em que há um percentual de doação que compõe o modelo de financiamento, no mundo a regra não é a autonomia em relação ao orçamento dos governos. Acho inclusive que esse é um objetivo perigoso se é um objetivo da Empresa Brasil de Comunicação. Mesmo no sistema norte-americano, há uma corporação criada para receber dinheiro do orçamento público, a que se chama CPB, que repassa recursos para a PBS, uma programadora que distribui programação a emissoras. Vamos ver: no Brasil, nós temos uma empresa, a Empresa Brasil de Comunicação, que não é uma programadora simplesmente. Ela tem a sua infraestrutura própria, tem as suas emissoras próprias e precisa manter toda essa estrutura.

Mas, com certeza, há um debate importante que o sistema norte-americano traz: como multiplicar os recursos; como entender o sistema para além de uma grande corporação — e aí a contribuição da ASTRAL é fundamental. Não estamos falando aqui só da EBC; estamos falando aqui das emissoras educativas estaduais que têm problemas muito graves de falta de recursos e têm o problema de, a partir do momento em que se troca o governo, o governador poder reduzir o orçamento e usar isso como uma moeda de troca, fazendo com que aquela emissora tenha dificuldade de produzir um conteúdo que mostre aquela localidade. Num sistema verticalizado, como é o brasileiro, ter uma emissora pública no Estado produzindo com o olhar do Estado é muito importante.



E aí as emissoras legislativas, que vêm dando uma contribuição importante, também sofrem ataques. Há uma discussão, por exemplo, na *TV Senado*, de que a *TV Senado* não deve produzir programas, de que tem só que transmitir Plenário. Essa é uma contribuição que a *TV Senado* dá, a *TV Câmara* dá e outras emissoras também dão, mas elas a todo tempo sofrem ataques. O que está por trás desses ataques? O valor do orçamento.

Quais são os gastos — aí entendidos como gastos — que o poder público vai ter com essas emissoras? Aí eu queria fazer um paralelo para tentar ilustrar por que fugir da dependência do Governo tem que ser um esforço editorial e político, e não de vinculação orçamentária.

As universidades públicas federais não fazem o discurso de que elas querem modelos alternativos de financiamento, e quando o fazem há uma reação brutal, como ao longo da última década, quando uma universidade ia lá e cobrava uma taxa pelo semestre. Toda a comunidade acadêmica se mobilizava. Por quê? Para preservar o princípio de que aquilo é público, é gratuito.

Agora, isso significa que o Presidente da República vai dizer que o professor de Sociologia tem que ensinar “x” ou “y”? É claro que não. O recurso está lá porque aquele é um serviço público fundamental para a sociedade. E aí é garantida a autonomia universitária, a partir de uma política pública nacional, obviamente, para definir quais são os conteúdos, quais são as diretrizes.

Por que a gente não pode ter o mesmo sistema para a comunicação pública? O recurso é necessário, e a autonomia também é necessária, porque é fundamental, e a nossa Constituição traz isso. Há um sistema privado, um sistema público e um sistema estatal. O Estado tem que financiar o sistema estatal, tem que financiar as suas emissoras institucionais: a *TV Câmara*, a *TV Senado*, a *TV NBR* ou a *TV Justiça*. Agora, o sistema público também precisa de financiamento não para se dedicar a um Poder, mas para construir uma programação que reflita aquilo que o povo precisa.

Se o objetivo é ter um sistema público forte, lembro que, apesar de já ter um caminho traçado, a EBC ainda está correndo atrás para se colocar para a sociedade brasileira, diferentemente da Europa, onde a radiodifusão nasceu estatal e hoje é equilibrada porque há uma referência histórica; no Brasil, essa referência histórica é



muito mais fragilizada. É por isso que essas emissoras precisam ter recursos para produzir uma programação de qualidade.

E temos neste ano — acho que esta audiência é oportuna — uma novidade. Essa novidade é a contribuição para o fomento à radiodifusão pública, que nasce de uma luta daqueles que queriam ver a EBC criada não só dentro do Governo, como também dentro da sociedade civil, que foi incluída na MP 398, de 2007, pelo Relator, Deputado Walter Pinheiro, mas que nunca chegou à empresa, até este ano, porque foi objeto de um questionamento judicial por parte de quem deveria repassar o recurso: as operadoras de telecomunicação.

Então há uma situação concreta, na qual esse recurso começa a ser liberado. Acho que isso traz um debate sobre o seguinte: esse recurso é necessário? E a resposta dos trabalhadores, que não é só de uma entidade sindical, uma vez que a EBC tem uma complexidade rica, tem quatro praças, tem trabalhadores que se organizam constantemente, que propõem para a empresa, que fazem parte do Conselho Curador, que, durante uma greve de 15 dias, produziram pautas de reivindicação para melhorar a empresa e não só para as questões trabalhistas, a visão dos trabalhadores em seus debates foi: é necessário ter mais dinheiro, sim. E é necessário não apenas para valorizar os trabalhadores — e estamos no meio de uma revisão de plano de cargos —, mas para melhorar a qualidade do sinal, para expandir a rede, para ter mais qualidade na transmissão, para ter condições de produzir programas que sejam competitivos, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista da exploração das novas linguagens. E, fundamentalmente, estamos num momento em que, se não houver investimento, a comunicação pública será novamente relegada ao gueto. Estamos numa transição entre o analógico e o digital. Estamos em meio a uma batalha, Deputado.

Ontem eu participei, assim como outras pessoas que aqui estão, de uma audiência pública na Agência Nacional de Telecomunicações. Essas emissoras que haviam conquistado, há 3 ou 4 anos, um espaço para transmitir canais, para poderem finalmente se colocar para a população, agora vão ser preteridas. As emissoras comerciais terão preferência; os chamados canais secundários, as retransmissoras, as repetidoras terão preferência. Lá, no último lugar da fila, vão ficar aquelas emissoras públicas que haviam sido alocadas entre as faixas 60 e 68,



que vão ser retiradas para que ali seja implantada a banda larga móvel. Além disso, vão ter que encontrar alguma forma de transmitir no digital, inclusive podendo pagar mais caro, se forem colocadas numa faixa que gente chama de VHF alto, ali perto do 7 ao 13. Ou seja, haverá e já há uma grande demanda de recursos para que essas emissoras consigam transmitir no digital e, para além de só transmitir, consigam transmitir com qualidade e explorar todos os recursos que a TV digital tem, como é o caso da interatividade, coisas que as comerciais não fazem. Elas não fazem a multiprogramação, não fazem interatividade. É o papel da comunicação pública ser vanguarda nisso. E, para ser vanguarda nisso, ela precisa de dinheiro.

Agora vamos aos fatos. E aqui eu queria mais uma vez ressaltar a importância de a gente poder sentar com a Direção da EBC e com o Ministério do Planejamento. No projeto de lei orçamentária para este ano, estavam previstos 538 milhões de reais. Tudo bem que a minha visão do número aqui não está a melhor, mas estava lá, no PLOA o total: Despesas Discricionárias, 237 milhões; Recursos Ordinários, 161 milhões; Outras Contribuições Econômicas, zero.

A partir do momento em que o projeto da LOA é aprovado, há uma redução, nas Despesas Discricionárias e nos Recursos Ordinários, de 161 milhões para 70 milhões, e há um acréscimo nas Outras Contribuições, na qual está a Contribuição do Fomento à Radiodifusão Pública, de 90 milhões. Ou seja, aquilo que foi uma luta histórica para garantir que a comunicação pública tivesse mais recursos entrou como uma substituição, e não como uma adição. Esse é o primeiro problema. Esses recursos serão usados para fortalecer o sistema público ou para desobrigar o poder público federal? Não podem! Não podem! Neste momento estratégico de transição, o poder público federal tem que manter sua dotação e a contribuição tem que ser um acréscimo, exatamente para recuperar a capacidade de investimento e custeio da empresa. Sem deixar observar — eu como dirigente sindical nunca vou me esquecer disso — que também temos demandadas de qualificação da estrutura de pessoal.

Um segundo dado importante e que, para mim, é o dado mais importante desta audiência: foram arrecadados 483 milhões de reais. Pelas informações repassadas aqui, o crédito adicional solicitado foi de 40 milhões de reais — um décimo desse valor. Então, eu queria aproveitar para fazer a pergunta: e o resto? O que será feito com o resto? Quanto? Aí temos um passivo que está sendo



arrecadado agora. Esses 483 milhões de reais serão depositados ano a ano, ou eles significam um montante que juntam vários anos? Quanto nós vamos ter por ano, a partir de agora, da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública? Isso será liberado para a EBC? Por que a EBC só pediu 40 milhões de reais? A EBC tem condições de gastar todo esse montante? Existe um plano para usar esse dinheiro? Esse plano está sendo debatido com o Conselho Curador e com a sociedade brasileira?

Não é pouca coisa para o sistema público — e me encaminho para a conclusão —, que sempre sofreu com a falta de recursos. As ideias eram ótimas, mas não tem dinheiro; a intenção era fantástica, mas não tem dinheiro. Eu, como jornalista concursado da EBC, já passei por isso no dia a dia. Enquanto todas as emissoras estavam fazendo séries belíssimas sobre os 50 anos da ditadura, nós também fizemos uma série muito importante, mas, na hora de viajar para aquela entrevista que não está nos grandes centros, não tinha dinheiro. Na hora de fazer algo diferente, que pode trazer uma qualidade, muitas vezes o recurso falta, mesmo que o orçamento da EBC não seja um orçamento pequeno.

Então, para concluir, eu queria deixar esses questionamentos para o representante da Empresa e para o representante do Ministério do Planejamento, porque a visão que o Sindicato dos Jornalistas traz aqui é clara: se esse dinheiro está disponível, ele precisa ser utilizado, porque ele é muito necessário. É necessário para o custeio; é necessário para o investimento; é necessário para a transição para o digital. E a empresa precisa ter condições de realizar todos esses investimentos que passam também — e aí é importante que isso seja debatido — por um reforço da estrutura de pessoal, porque temos, como disse o Diretor-Geral da Empresa, muitas pessoas novas, que acabaram de passar no concurso de 2011-2012. A empresa foi forçada a retirar muito da sua *expertise*, que estava nesse contrato de gestão citado e, por isso, ela tem uma demanda muito grande de formar esses novos quadros. Mas, neste ano, por exemplo, só o orçamento da educação corporativa foi cortado em 40%.

Então, nós precisamos desses recursos para garantir que a empresa consiga entregar qualidade para os seus cidadãos. De outro modo, ela vai começar a ser questionada, como a PBS foi questionada há 2 anos nos Estados Unidos, como a





RTVE passou por uma crise brutal na Espanha em 2005 e 2006 e teve o seu modelo de financiamento radicalmente alterado, como a RTP em Portugal, como a emissora pública da Grécia. Ou seja, nós precisamos reforçar a legitimidade desses veículos. De outro modo, daqui a pouco haverá um movimento para perguntar e questionar por que o Estado deve manter uma comunicação pública, se essa comunicação existe em outras modalidades.

Agradeço muito o convite e fico aqui à disposição para o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Eu agradeço ao Jonas Valente e a todos os expositores a participação. Vamos à fase de debates.

Com a palavra a Deputada Luiza Erundina, autora do requerimento.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares presentes a esta reunião, quero saudar e agradecer a presença dos senhores expositores, que trouxeram subsídios importantes para aprofundar este debate, que não é novo. O debate sobre o financiamento das emissoras do campo público perpassa os últimos anos com muita intensidade, desde a 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Esse foi um tema foco dos debates, pelas razões óbvias do que representa essa questão para o ponto de vista da própria existência desse campo público de comunicação, o cumprimento do dispositivo constitucional que prevê a complementariedade dos três sistemas, demonstrando que, sem a solução desse problema, qual seja o financiamento das emissoras do campo público, dificilmente esse campo se afirmará e terá uma condição de competitividade e de equilíbrio na relação entre os três setores que devem compor uma política de comunicação social no País.

E por que esta audiência pública hoje? Porque ela trata desse tema no bojo de um processo que a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular, em parceria inclusive com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, está desencadeando com a preparação do fórum nacional das emissoras do campo público. Está sendo precedida por fóruns preparatórios. Portanto, já houve o primeiro, o segundo está previsto para junho, o terceiro, em agosto, e para este último está previsto inclusive um debate com os presidentiáveis, ou seja, os candidatos à Presidência da República. Nós queremos trazê-los para debater essa questão do campo público, da



política pública de comunicação, e comprometê-los, ou seja, quem se eleger ou se reeleger terá um compromisso formal e público, escrito num documento que pretendemos propor a todos os candidatos, no sentido de avançar.

Digo isso, dada a nossa angústia, desde 2010 — só começando daí, antes disso já houve fóruns sobre o campo público —, e pegando aquele momento da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, uma discussão com ampla participação da sociedade civil, com mais de 600 delegados tirados de conferências estaduais, portanto com um nível legitimidade e de representatividade inquestionáveis, que produziu uma pauta que já poderia ter trazido, evidentemente, os elementos a compor um marco regulatório das comunicações sociais no País, o que lamentavelmente não se conseguiu até agora.

Nós queremos dar um passo além daquilo que já se acumulou e daquilo a que se chegou. Por exemplo, a situação do operador de rede é uma questão recorrente. Na última conversa com o Ministro das Comunicações que um grupo de Parlamentares teve, saindo daqui de uma audiência, discutiu-se a transferência de 700 mega-hertz, que implica um impacto grave, negativo e preocupante para as emissoras do campo público que hoje fazem parte desse espectro da frequência eletromagnética ocupada pelo campo público, cuja transferência não se sabe ainda, não se sabe qual será a alocação dessas emissoras. Portanto, as coisas estão se dando, mas já se ameaça a publicação do edital, já se ameaça a negociação da transferência desses canais para operação do 4G, e não se tem elementos mais concretos e mais objetivos para quem opera o sistema público de comunicação, que são todas as emissoras que compõem esse sistema público. E, naquela ocasião, em conversa com o Ministro, quando tocamos na questão do operador de rede do campo público, disse S.Exa. que agora seria mais fácil, porque teria recursos, resultado dessa transferência de 700 mega-hertz, que dariam perfeitamente para bancar a construção e a implantação de um operador de rede do campo público. Faz meses e não se sabe se de fato vai acontecer a transferência desses espectros, a que custo, a que preço e onde vão ser alocados os recursos resultantes desse negócio que vai se dar no âmbito do Ministério das Comunicações.

São essas questões que a gente queria ver esclarecidas e vão possibilitar passos concretos, a partir desse patamar a que já chegamos, senão, evidentemente,



nós ficaremos a dever à sociedade brasileira uma política pública de comunicação que é parte, como foi dito aqui pelos expositores, insubstituível, indispensável e fundamental para se realizar a democracia, para se fortalecer a democracia. Não haverá uma sociedade plenamente democrática, com exercício pleno da cidadania política, da cidadania em seus vários aspectos, se não houver de fato um sistema de comunicação à altura desse estágio que se pretende de democracia em nosso País.

É esse o motivo que nos levou a convidá-los e as entidades que V.Sas. representam para nos ajudar exatamente a elucidar algumas questões, por exemplo, a notícia que veio há algumas semanas de que a Oi teria autorizado, como se fosse uma liberalidade da Oi liberar, autorizar a transferência dos recursos que estariam congelados no Poder Judiciário, visto que o Governo havia ganhado a causa. Eu pergunto: como é que isto se deu? Foi pela liberalidade da Oi? Como as outras empresas estão se comportando em relação a isso? Esse montante representa quanto, objetivamente? O que o Governo está adotando de iniciativas concretas para que esses recursos, de fato, sejam liberados?

Quem sabe essa contribuição para o fomento no campo público da comunicação possa ter um bom começo, de modo a realmente dar sustentabilidade a essa condição de transferência de recursos para as emissoras no campo público, e não apenas para a Empresa Brasil de Comunicação, que, evidentemente, é a empresa pública mais importante, a que precisa realmente se viabilizar e se concretizar naquela que é sua missão na política brasileira de comunicação.

Mas é preciso que essas questões sejam respondidas, e evidentemente as exposições que aqui vieram são absolutamente indispensáveis. Espero que, quando chegarmos ao fórum com os candidatos à Presidência da República e à terceira edição do fórum nacional do campo público de comunicação, essas questões estejam minimamente esclarecidas para que consigamos avançar e para que o ano de 2015 marque um outro momento dessa política em nosso País.

São essas as minhas preocupações, entendendo perfeitamente que os senhores nos trouxeram subsídios importantes, que vão compor, evidentemente, as nossas reflexões, os nossos documentos e a preparação que estamos a fazer desses pré-fóruns e desse fórum nacional de comunicação pública.

Era isso, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Passo a palavra agora ao Deputado Jorge Bittar.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, especialmente nossos convidados, eu quero, em primeiro lugar, elogiar mais essa excelente iniciativa da nossa Deputada Luiza Erundina, que tem se destacado por sua perseverança na luta pela democratização das comunicações e pela obtenção de recursos para o financiamento das emissoras estatais, públicas. Isso é absolutamente essencial, é um dos vetores dos caminhos para a democratização das comunicações em nosso País.

Nós temos uma legislação sobre radiodifusão, que, como todos sabem, é de 1962, portanto, absolutamente anacrônica. É quase um totem intocável no País. Muitos dos entulhos do passado são de um período democrático brasileiro, de 1962, mas se referem a um outro momento do estágio de desenvolvimento das tecnologias, das comunicações, enfim, e até da própria consciência nacional sobre o papel das comunicações.

E, graças a esse movimento permanente e efervescente da sociedade, esses temas da democratização das comunicações vêm à tona. Alguns, maldosamente, confundem a luta pela democratização das comunicações com uma suposta tentativa de censura aos órgãos de imprensa, o que é uma absoluta inverdade. Ninguém deseja interferir na liberdade de comunicação dos órgãos. O que nós desejamos é que a sociedade brasileira possa ter ao seu alcance uma diversidade muito grande de informações, para que o cidadão e a cidadã possam formar a sua opinião num ambiente de liberdade, de diversidade, num ambiente, portanto, de aprofundamento da democracia. Essa é a questão fundamental. Mas há alguns que não querem isso.

No caso dos grandes órgãos de imprensa, por exemplo, todos eles têm uma visão sobre a economia brasileira. Diariamente eles dizem que a economia brasileira está à beira do caos, verdadeiramente. Você lê as manchetes dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, das grandes emissoras, e parece que o Brasil está à beira do caos econômico, que a inflação vai disparar, que a situação fiscal do País e as contas do Governo estão em absoluto e completo desequilíbrio, etc. e tal. Mas, no mundo real, você vê que o nível de desemprego do Brasil é um



dos menores do mundo, o salário real, a renda real do trabalho tem crescido no Brasil. O Brasil é um dos poucos países do mundo em que há um processo de distribuição de renda simultâneo ao crescimento da economia, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos e na Europa, mas não há espaço para esse debate sobre o presente e o futuro da economia. Por quê? Porque eles têm um viés, eles têm uma visão sobre o sistema econômico, que é a visão que privilegia o grande sistema financeiro, essa nuvem que gerou, inclusive, a crise americana. É a partir da visão dos operadores do mercado que se constrói a visão sobre a economia, uma visão excludente, concentradora de renda, etc.

Nós queremos debater isso. Nós, efetivamente, respeitamos a visão deles, mas nós queremos debater, queremos que a opinião pública conheça a realidade da economia por outros prismas. Existem muitos economistas nacionais e internacionais que têm visões diferentes das visões da corrente principal, *mainstream*, como o pessoal costuma chamar. Então, cada economista tem uma visão. O americano Paul Krugman, por exemplo, tem uma visão completamente diferente de quais são as prioridades ou as orientações da economia.

Eu citei esse exemplo para mostrar a importância do debate amplo dos temas na sociedade, para que o cidadão não fique com uma visão enviesada e lamentável sobre os problemas.

Então, precisamos, sim, reformar o Código Brasileiro de Telecomunicações. Eu, pessoalmente, visando desconcentrar ainda mais os recursos de publicidade do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, apresentei um projeto de lei que destina 30% de todas as verbas dos recursos públicos às micro e pequenas empresas, tanto da Internet, quanto aquelas que eu chamo de mídias alternativas. Eu defino o que são mídias alternativas: rádios comunitárias, tevês comunitárias, pequenas e micro, rádios comerciais do interior, pequenas rádios comerciais do interior. Uma coisa é uma grande rádio, uma *Band News*, uma *CBN*, etc.; outra coisa é uma pequena rádio lá do interior que, muitas vezes, também precisa de apoio.

Eu vejo a verba de publicidade pública, de um lado, como algo que deriva da vontade do Governo de se comunicar, e, de outro lado, como algo que pode funcionar como fomento também aos pequenos e micro. É essa visão que eu



procuro desenvolver a partir deste projeto de lei que apresentei aqui e que deve ser apreciado brevemente na nossa Comissão e seguir para outras Comissões.

No que diz respeito ao financiamento, quase simultaneamente, o então Deputado e hoje Senador Walter Pinheiro relatou o projeto de lei que criou a Empresa Brasil de Comunicação. Eu vinha na minha saga daquele projeto que era chamado PL 29, que virou a Lei nº 12.485, a lei da tevê paga ou da tevê por assinatura, porque eu insisti em criar uma política de cotas para a produção audiovisual brasileira em todos os canais, nacionais ou internacionais. E, na época, eu disse: eu vou criar uma política de cotas, mas quem vai produzir esses conteúdos? Eu preciso de recursos para isso.

Aí, atribuí à Agência Nacional do Cinema — ANCINE o papel de agência reguladora dos conteúdos audiovisuais. A ANATEL regula as redes de telecomunicações, através das quais o serviço de tevê por assinatura chega, mas o conteúdo que trafega sobre essas redes é regulado pela ANCINE. Então, a ANCINE deixou de ser apenas uma agência de fomento e passou a ser uma agência reguladora. Mas, ainda assim, os recursos da ANCINE eram de 60 ou 70 milhões de reais ao ano, o que seria absolutamente insuficiente para dar conta disso.

Assim, eu olhei o cenário disponível e lembrei que existe o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações — FISTEL, um dos três fundos do setor de telecomunicações. Ele financia a Agência Nacional de Telecomunicações e é amplamente superavitário: fatura bilhões de reais ao ano, quer dizer, recolhe bilhões de reais ao ano, e a agência gasta 700 milhões, coisa dessa ordem de grandeza.

Portanto, se há certo excedente, eu peguei 10% do FISTEL e os desloquei para o fundo setorial do audiovisual gerido pela ANCINE. Então, hoje, a ANCINE tem centenas de milhões de reais ao ano. O último edital da ANCINE foi de 400 milhões de reais ao ano. E o mercado de produção audiovisual independente brasileiro, que vai servir também para as emissoras públicas, não apenas para as emissoras comerciais, está explodindo verdadeiramente.

A Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão — ABPI-TV — eu estou até propondo uma audiência para avaliar essas coisas —, que tinha cento e poucos associados, hoje tem quase 500 associados. Faltam roteiristas,



diretores, são necessários mais técnicos especializados em iluminação, em cenário, em cenografia, e tantas outras questões fundamentais para o setor.

O importante é que, através de iniciativa exclusivamente do Parlamento, nós pudemos ampliar. Então, a TV paga, que tinha 4 milhões de assinantes, hoje tem 18 milhões de assinantes. Os brasileiros têm uma diversidade maior de produtos na TV paga. Ainda que não seja uma “brastemp”, como eles desejariam, eles dispõem de filmes, de canais de animação, de noticiários. Inclusive, eu coloquei na lei que, se você oferta um canal de jornalismo, tem que oferecer um segundo canal de jornalismo também, para você ter o mínimo de diversidade no que diz respeito a isso.

Na mesma época, o então Deputado Walter Pinheiro pegou também recursos do FISTEL e criou essa contribuição. Essa é a origem do conflito, ou do suposto conflito. Ele pegou recursos do FISTEL e, com isso, criou a contribuição. O fato é que os recursos do FISTEL alimentam um fundo criado com a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. E as teles falam: *“Por que esse recurso, que é do setor de telecomunicações, está sendo supostamente deslocado para o setor de radiodifusão?”* Enfim, é uma polêmica que foi construída e parece que está sendo bem dirimida, não há nenhuma falha ou imprecisão jurídica nesse processo, e as teles, aos poucos, estão desistindo dessas ações.

O que me parece fundamental, diante de algo que não está muito claro, é pensarmos no seguinte: nós precisamos das emissoras públicas, das emissoras estatais, das legislativas, da NBR, bem como da Empresa Brasil de Comunicação. O nosso sonho, quando foi criada a Empresa Brasil de Comunicação, era criar a BBC brasileira, não é isso? Ainda estamos longe de criarmos isso, mas precisamos ter essa diversidade.

O cidadão, além de assistir à TV comercial, também poderá ter condições de ver um documentário de excelente qualidade, um telejornalismo mais aberto e democrático, seus filhos poderão assistir a programas infantis de qualidade, e assim por diante. Vamos retratar as culturas regionais brasileiras e tantas outras questões absolutamente essenciais que nós verdadeiramente esperamos ver nas emissoras públicas.



Então, eu acho que nós precisamos, além de consolidar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, debater esta questão. Se for preciso até mencionar na lei que ela tem amparo legal, que a gente faça isso. Nós precisamos talvez dialogar com a Advocacia-Geral da União para saber se esta questão está efetivamente dirimida no Judiciário, ou não.

Outra questão é quantificar isso. Essa contribuição, hoje, é suficiente? Nós temos uma contribuição, temos recursos vinculados às emissoras públicas e às demais emissoras, mas de quanto é que nós precisamos? Qual seria o orçamento adequado anual da Empresa Brasil de Comunicação — EBC, das legislativas, das educativas, das demais emissoras públicas ou parapúblicas deste País? Digo isso para a gente possa ter um sistema nacional de financiamento vinculado, segregado, para que ninguém venha a tascar recursos desse fundo, etc., e a gente possa ter estabilidade. Essa é uma coisa.

Outra coisa que eu sinto que deve existir, porque nós estamos fazendo esta discussão no setor de ciência e tecnologia, é a burocracia. Na contratação de produtos adequados, para termos agilidade de produção semelhante à que têm as emissoras comerciais, diante desta burocracia existente no País, eu defenderia a criação de uma legislação apropriada, tal como estamos fazendo com o setor de pesquisa e desenvolvimento.

No setor de pesquisa e desenvolvimento, nós estamos criando um marco nacional da ciência e tecnologia, já mudamos a Constituição e criamos a Lei nº 2.177, de 2011, que cria uma série de facilidades e de agilidades para os procedimentos na área de pesquisa e desenvolvimento. Alguns podem dizer: *“Ah, eu estou pensando em fazer uma pesquisa aqui”*. Quando a gente começa a fazer a pesquisa, o desenvolvimento já está em outro estágio, porque há uma burocracia infernal. Da mesma maneira, eu fico imaginando quando se quer contratar determinado artista ou assistir a uma programação com determinada agilidade para dar conta de um desafio que se tem.

Então, eu sugiro abriremos uma discussão sobre a gestão dessas empresas e, se possível, a criação de um marco adequado, para definir recursos e, ao mesmo tempo, criar condições para fazermos da EBC, da NBR, das legislativas, das





educativas, das comunitárias, etc., um sistema que possa contribuir para levar cultura e informação, democratizando as comunicações no País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Quero agradecer o Deputado Jorge Bittar. Deixo registrado que estiveram presentes nesta audiência pública, além da Deputada Luiza Erundina, autora do requerimento, o Deputado Jorge Bittar, a Deputada Margarida Salomão, a Deputada Lara Bernardi, o Deputado Chico das Verduras, o Deputado Izalci, o Deputado Arolde de Oliveira, o Deputado Eduardo Gomes.

Eu informo que esta audiência está sendo registrada e deve ser retransmitida pelos órgãos de comunicação da Casa.

O Deputado Jorge Bittar falou a respeito do PL nº 29, do novo contexto e da importância desta Comissão. Eu tive a oportunidade de presidir a Comissão naquele episódio — eu fui o Presidente da Comissão. Foi um ano muito produtivo, embora a gente saiba que muita coisa ainda não foi feita. Mas foi nesta visão que eu fiz uma pontuação sobre o que disse o Jonas Valente em relação aos debates, ao espaço e ao contexto das emissoras públicas quanto à discussão de novas faixas, à tratativa na ANATEL e no Ministério.

Eu queria dar uma sugestão à Deputada Luiza Erundina — nós podemos até falar com o Deputado Ricardo Tripoli, nosso Presidente. Há instrumentos internos da Comissão que são utilizados, na minha concepção, com certo *delay*, já que a gente está falando de televisão. Uma proposta de fiscalização e controle desta Comissão, por exemplo, no momento em que se discute a utilização de novas faixas, com uma visão mais pontual sobre esta redistribuição, esta discussão, eu acredito que teria um efeito muito maior e melhor agora do que depois, para corrigir algum eventual prejuízo às tevês públicas.

Eu acho que a gente poderia estudar isso na Comissão, como sugestão. Eu sei que é uma coisa nova, pode até ser que não ocorra. Mas é importante que a Comissão utilize todos os seus instrumentos para ficar mais presente. Eu acho que isso depois ser levado ao debate sobre a distribuição de orçamento, a definição de papéis. Essa é a sugestão que nós queríamos deixar para este debate.

Nós realizamos hoje uma audiência de contexto, de reposicionamento. Mas os microfones estão à disposição para as considerações finais. Acredito que o que



foi registrado hoje aqui é muito importante, é o início de uma série de providências que nós podemos tomar, com relação aos novos debates e à tevê pública brasileira.

Com a palavra a Deputada Luiza Erundina.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade. O Presidente, numa das últimas audiências públicas sobre a questão dos 700 mega-hertz, já sinalizava que estava para ser publicado o edital de concorrência para quem quisesse se habilitar a ter acesso àquelas frequências, para que fosse adiada a decisão de publicação do edital. O prazo para uma consulta pública também estava previsto, coisa à qual, segundo informações naquele momento, estaria sendo dada publicidade. Nós ficamos frustrados numa audiência pública em que o Ministério das Comunicações não se fez representar, que era exatamente o espaço para se indagar sobre aqueles fatos que estavam sendo veiculados a respeito da celeridade que estava assumindo o encaminhamento daquela questão.

Eu perguntaria se chegou alguma resposta. Pergunto isso para que depois a gente não seja novamente surpreendido pela notícia de que está para ser publicado o edital. Essa foi uma intervenção muito direta, e eu ainda não havia tomado conhecimento de que a Comissão pudesse ter tomado a iniciativa.

Eu acho boa a sua proposta e outras iniciativas para haver uma atuação mais...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Um controle mais contundente.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - ...uma presença e um controle mais efetivos, para não ficarmos a trazer audiências públicas em que se dão informações, completas ou não, ou nem se dão, porque muitas vezes não se comparece às audiências. Esta audiência de hoje tem um pouco esse caráter. Vamos ver se a partir dela alguma coisa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - É claro, é o início.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - É. Senão, nós ficamos a repetir essas discussões. Sempre se agrega e se enriquece, mas eu acho que a gente precisa dar um passo além daquilo a que a gente já chegou.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Eu vou solicitar à Consultoria Legislativa da Comissão que passe as informações à Deputada Luiza Erundina e a todos os nossos convidados acerca deste questionamento. Eu acho que vai colaborar muito.

Alguém quer falar alguma coisa? *(Pausa.)*

**O SR. JONAS VALENTE** - Eu quero dar uma informação. A consulta pública já foi publicada, no dia 28 de abril, e a previsão é que ela seja concluída no dia 3 de junho. A primeira audiência ocorreu ontem, a próxima é amanhã em São Paulo, e haverá uma nova, no dia 29, aqui em Brasília. Ontem, houve uma solicitação, na audiência, por parte da Astral e da Oi de que houvesse a prorrogação por 30 dias. o prazo já está correndo, e a Agência quer fazer o leilão já em agosto, se não me engano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Gomes) - Há informação também de que existem três audiências públicas a serem marcadas. Portanto, fica a proposta de fiscalização e controle, no contexto.

Concluídos os trabalhos, quero agradecer aos Srs. Parlamentares, ao corpo de assessores, aos profissionais da imprensa, ao público em geral e, em especial, aos senhores palestrantes, pelas valiosas contribuições trazidas ao debate.

Está encerrada esta audiência pública.